

A ATUAÇÃO PARLAMENTAR DO PARTIDO INDEPENDENTE DO URUGUAI

RICARDO PETRUCCI SOUTO¹; ALVARO AUGUSTO DE BORBA BARRETO²

¹PPGCPol-UFPel – petruccisoutoricardo@gmail.com
²UFPel – albarret.sul@terra.com.br

1. INTRODUÇÃO

O presente projeto propõe o estudo do Partido Independente do Uruguai (PI), com ênfase em sua atuação na Câmara dos Representantes (deputados) daquele país durante as legislaturas de 2005-2010 e de 2010-2015.

O Uruguai é considerado pelos cientistas políticos como um país de sistema político consolidado, no qual se destaca historicamente a presença de dois partidos, Nacional (Blanco) e Colorado, existentes desde a fundação do país no século XIX, aos quais se somou, desde 1971, a Frente Ampla (FA). À sombra dos partidos principais sempre existiu uma série de pequenas legendas, correspondentes a setores da opinião pública, os chamados de “partidos de ideias” (PEREZ, 1984). Criado em 2002, após sucessivas rupturas no campo da esquerda a partir da redemocratização (1984), o PI é mais uma dessas legendas.

Buscando consolidar-se como a quarta força do sistema político uruguai, uma alternativa de centro-esquerda e social-democrata à FA e aos partidos históricos, Colorado e Nacional, o PI apresenta-se como a continuação histórica de diferentes correntes de opinião social democratas, social-cristãs liberais igualitaristas, ambientalistas e de cidadãos independentes.

Além de sua origem ideológica vinculada ao campo da esquerda, há algumas circunstância em torno da origem e do período em que o PI vem atuando na política uruguaia que o distingue de todos os demais “partidos de ideais”. Ele debutou nas eleições de 2004, as mesmas em que a FA não só alcançou pela primeira vez a Presidência da República como também a maioria absoluta nas duas casas do parlamento, posições que sustentou nos dois pleitos seguintes (2009 e 2014). Logo, durante toda sua existência de partido parlamentar do PI o controle potencial da agenda política foi de um único partido, o que rompeu com mais de 30 anos da tradição que obrigava à formação de governos de coalizão ou à negociação entre partidos rivais, configurando, conforme Lanzaro (2001), o “presidencialismo pluralista”. A partir de 2004, em tese, isto não seria mais necessário e um modelo “majoritário”, ao estilo do tipificado por Lijphart (2003) seria adotado no país.

Cabe ressaltar que a líder desse governo majoritário era a FA, uma legenda distinta daquelas tradicionais e que foi chamada durante muito tempo de “desafiante”, a mesma da qual, de um modo ou de outro, o PI sempre procurou se distinguir. Nesse sentido, ele é um partido de oposição à FA, mas cujas origens e propostas programáticas o impedem de somar forças aos outros partidos de oposição, os tradicionais brancos e colorados, que, no mesmo período, pela primeira vez no âmbito nacional passaram a estar ao mesmo tempo nesta posição.

Essas peculiaridades instigam a montagem do estudo, que se sustenta a partir de alguns questionamentos acerca do papel que o PI, integrante do parlamento na condição de partido minoritário, de oposição ao governo majoritário da FA e sem vinculação com os partidos tradicionais, desempenha no sistema partidário e político uruguai.

Outra peculiaridade do PI é o fato de sua representação minúscula nas duas legislaturas a serem analisadas, fazer com que, aparentemente, seja um partido “irrelevante” no parlamento. Em condições normais o PI não poderia se constituir em uma força política com capacidade decisiva na Câmara de Representantes do Uruguai. Por isso, a hipótese é a de que o partido buscou alcançar visibilidade política “ocupando espaço” e “firmando posição”. Para tanto, procurou dar ênfase a uma agenda não necessária e sistematicamente contrária ao mérito das políticas públicas encaminhadas pelo governo (Frente Ampla), mas especialmente voltada a propor “correções” e “aprimoramentos”, engajando-se no debate de todos os temas e projetos de lei relevantes discutidos no período e que mobilizaram a opinião pública uruguaia. A adoção dessa estratégia foi favorecida pelas regras de funcionamento da Câmara de Representantes que asseguram, além das prerrogativas comuns a qualquer partido membro do parlamento (apresentar iniciativas de lei, requerimentos, pedidos de informação), o direito de manifestação e de participação nos processos deliberativos de plenário e de comissões a todos os partidos, por menor que seja sua representação.

Para enfrentar o estudo que está sendo proposto, inicialmente é indispensável apropriar-se do conhecimento das principais características do sistema representativo uruguaio, compreendendo as regras de disputa e de distribuição entre os partidos políticos, de acordo com seu desempenho eleitoral, dos diversos mandatos eletivos, bem como da forma de organização interna desses partidos e das regras que disciplinam a atuação partidária na Câmara de Representantes. Também não podemos prescindir do estudo da história do estado uruguaio, pois esta se confunde com o surgimento e evolução do sistema político e partidário do país, um dos mais institucionalizados da América Latina, conforme Buquet e Piñeiro (2014, p. 128), conclusão compartilhada praticamente de forma unânime pela literatura especializada. Precisaremos nos debruçar, ainda, sobre o Novo Espaço, pequeno partido que foi o antecessor imediato do PI.

2. METODOLOGIA

Diante de problema de pesquisa, o trabalho principia pela descrição da composição do parlamento nas duas legislaturas estudadas, de modo a dimensionar o tamanho do PI frente aos outros três partidos representados (Frente Ampla, Nacional e Colorado).

Em seguida, foca as normas regimentais de funcionamento da Câmara de Representantes do país, objetivando precípuamente demonstrar as possibilidades de intervenção de um partido com pequena representação.

O próximo passo é o levantamento do material empírico sobre a intervenção do PI na Câmara de Representantes, procedimento que se dá, basicamente, mediante a análise das atas das sessões da Câmara de Representantes uruguaia, correspondentes às duas legislaturas nas quais a atuação do partido será estudada, disponíveis no sítio da referida casa legislativa na internet (<http://www.diputados.gub.uy/>).

A pesquisa vai procurar mapear a atuação do Partido Independente em: (1) apresentação de projetos de lei; (2) de pedidos de informação; (3) de moção de censura; (4) convocações de Ministros de Estado; (5) participação de seus deputados por meio de pronunciamentos e da intervenção nos debates parlamentares.

O critério para seleção do material será a relevância dos temas, de acordo com sua repercussão na opinião pública, conforme noticiado nos principais

periódicos do país e a opinião das principais lideranças do partido, às quais se procurará entrevistar.

A delimitação da abrangência de nosso estudo à atuação do PI no parlamento trata-se de opção decorrente do entendimento de tratar-se de uma arena puramente política, com o posicionamento concreto em face de questões atuais. Outros espaços, também relevantes, como programa de governo e campanha eleitoral, por exemplo, se prestam mais para especulações estritamente teóricas ou proselitismo, cuja comprovação empírica poderia restar inviável e dissociada da realidade. Não será abordada a legislatura atual (2015-2020) por que ao término do estudo ela ainda estará em andamento, o que prejudicaria a uniformidade da investigação.

Identificada a participação do Partido Independente no debate parlamentar, com base nas categorias de análise da Ciência Política sobre sistemas partidários e partidos políticos em geral e específica sobre o cenário uruguai e calcados nos procedimentos da análise de conteúdo, buscar-se-á alcançar nossos objetivos e a resposta ao nosso problema de pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mesmo em estágio inicial, a pesquisa já nos permite algumas constatações importantes. O PI não apresenta uma unidade ideológica como ficou evidenciado, por exemplo, em 2012, no debate do projeto de lei de descriminalização do aborto (momento em que alcançou grande visibilidade) quando se observou divergência entre os dois deputados do partido: foi de Iván Posada o voto este decisivo para a aprovação do projeto, enquanto Dr. Daniel Radío (cuja origem política é o Partido Democrata Cristão) foi contrário.

Malgrado seu proselitismo enaltecer que a postura e atuação políticas do partido efetivamente são congruentes com sua denominação, o PI em várias ocasiões aliou-se à Frente Amplia, inclusive com a ocupação por seus membros de cargos no governo. Em outras ocasiões, porém, posicionou-se efetivamente no campo oposicionista, inclusive utilizando a estratégia de recorrer ao Poder Judiciário para demonstrar contrariedade com a aprovação de políticas da agenda governamental e, ainda, buscando protagonismo através de iniciativas legislativas próprias.

A bipolarização da política uruguaia não impediu que a прédica e a atuação política e parlamentar do partido encontrasse algum eco na sociedade uruguaia, o que redundou na ampliação de sua participação nas urnas e no parlamento, levando a supor que sua estratégia vem produzindo resultados. O crescimento do PI encontra-se explicitado nas Figuras abaixo:

TABELA 1 – Composição do Parlamento do Uruguai conforme as eleições do período 2004-2014

Partido	Câmara de Representantes			Senado		
	2004	2009	2014	2004	2009	2014
FA	52	50	50	17	17	16
Nacional	36	30	32	11	9	10
Colorado	10	17	13	3	5	4
Independente	1	2	3	-	-	1
União Popular	-	-	1			-
Total	99	99	99	31	31	31

Fonte: Parlamento do Uruguay (<http://www.parlamento.gub.uy/palacio3/index1280.asp?e=0&w=1366>)

Informações	2004	2009	2014
Votação (Presidente, em %)	1,84	2,49	3,09
Bancada	1	2	4*
Eleitos	Iván Posada	Iván Posada Daniel Radio	Iván Posada Daniel Radio Heriberto Sosa Pablo Mieres**

QUADRO 1 – Votação do PI nas eleições presidenciais e bancada eleita no período 2004-2014

* 3 deputados e 1 senador

** Senador

4. CONCLUSÕES

Entendemos que o trabalho proposto possui relevância social e científica, pois pode contribuir com a investigação do papel que um partido político minoritário pode desempenhar em um país que conta com um sistema político partidário consolidado, como o Uruguai.

Nesta fase inicial da pesquisa, de coleta exploratória de dados, podemos apenas concluir que a ampliação da participação do PI nas urnas e no parlamento permite supor que é acertada sua estratégia eleitoral e parlamentar, pois é o quarto partido a ocupar o quarto espaço nas três décadas que se passaram desde a restauração democrática e o único que se manteve vigente após três eleições consecutivas, aparecendo, até aqui, como um partido consolidado ou em vias de consolidação (BOTTINELLI, 04 jan. 2015).

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTTINELLI, Oscar A. **Dilemas del Partido Independiente**. Facutum Digital, Disponível em: <<http://www.factum.edu.uy/node/1834>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

BUQUET, Daniel; PIÑEIRO, Rafael. La Consolidación de un nuevo sistema de partidos en Uruguay. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, jan.- abr. 2014, p. 127-148.

LANZARO, Jorge. Uruguay: las alternativas de un presidencialismo pluralista. In: LANZARO, Jorge (Ed.). **Tipos de presidencialismo y coaliciones políticas en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2001, p. 283-317.

LIJPHART, Arend. **Modelos de democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PÉREZ, Romeo. **Partidos de ideas**. Montevideo: Claeh, 1984.